

27/09/2019

APEOESP

60

Acesse: [www.apeoesp.org.br](http://www.apeoesp.org.br)  
[imprensa@apeoesp.org.br](mailto:imprensa@apeoesp.org.br)

# Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CNTB** e **CUT**

## Professores aprovam mobilização unitária, defesa do FUNDEB e luta contra os ataques à educação

**Em defesa da educação pública, salário, emprego, contra a reforma da previdência**

Reunidos na Praça da República em São Paulo na tarde de sexta-feira, 27/9, após a reunião do Conselho Estadual de Representantes, professores e professoras da rede estadual de ensino decidiram prosseguir a campanha salarial e educacional de 2019, pressionando o Governo do Estado pelo pagamento do reajuste de 10,15%, definido em todas as instâncias judiciais, mas bloqueado no Supremo Tribunal Federal por recurso extraordinário do Estado. O assunto deverá ir a julgamento no plenário daquela corte, para definir se o bloqueio será ou não retirado.

### Unidade da educação pública

Do ponto de vista mais geral, há uma ofensiva de Bolsodoria contra a educação pública. A unidade de todos os setores e movimentos que defendem a educação é fundamental. Os ataques se multiplicam. Assim, em acordo com as entidades representativas do ensino superior, a APEOESP aprovou a criação de uma Coordenação Paulista dos Movimentos em Defesa da Educação Pública. Essa coordenação já se reunirá na segunda-feira, 30/9, para os últimos preparativos para a participação no movimento nacional em defesa da educação pública em 2 e 3/10. **O ponto alto será o ato unificado no dia 3/10, às 16 horas, no MASP,**

**com caminhada até a Praça da República.** As subseções devem organizar a categoria para participar deste ato, especialmente as localizadas na Capital, Grande São Paulo e em um perímetro de até 200 quilômetros da Capital.

No dia 2/10, em todas as regiões devemos intensificar visitas às escolas e debater com a comunidade: FUNDEB permanente, militarização, municipalização, PEI, privatização, Novotec e demais temas fundamentais da conjuntura.

Esta Coordenação também terá a tarefa de organizar nova manifestação unificada da educação básica e superior no dia 25/10, dando continuidade e reforçando nossa campanha salarial e educacional e nossas reivindicações.

### Pressão sobre a SEDUC

O Secretário da Educação continua se recusando a agendar reunião com a nossa entidade. Por isso, a APEOESP está estabelecendo o dia 1/10 para obter resposta sobre o agendamento da reunião. Após esse prazo, a Diretoria seguirá para a SEDUC para pressionar até que a reunião seja marcada.

Continuaremos a cobrar da SEDUC o deferimento das dispensas de ponto e das reposições de aulas, assim como a realização do concurso de remoção docente.

Para além dessa data, as subsedes se articularam nas macrorregiões para continuar desenvolvendo atividades de pressão sobre as DEs, sobre a Secretaria de Educação, continuando a debater nas escolas e demais espaços os temas que já apontamos.

**Nova assembleia foi aprovada para o dia 25/10, seguida de ato unificado em defesa da educação em local ainda a ser definido. Toda a categoria está convocada!**

## **Contra o PEI**

Os(as) professores(as) também reafirmaram o posicionamento da categoria contra a imposição do Programa de Ensino Integral, pelo respeito ao caráter deliberativo dos Conselhos de Escola (de acordo com o artigo 95 da lei complementar 444/85) em todas as questões que afetam as unidades escolares. O PEI, da forma como está estruturado, exclui os estudantes trabalhadores, que acabam muitas vezes abandonando os estudos em função da mudança compulsória de escola. Esse estudante mais tarde terá que recorrer à Educação de Jovens e Adultos, que também está sendo reduzida.

## **Não à militarização**

A militarização das escolas também foi rejeitada pelos(as) professores(as). Ela não resolve os problemas da educação pública, que necessita de mais financiamento, melhores condições de trabalho e ensino-aprendizagem, estrutura e equipamentos, gestão democrática e valorização dos profissionais que nela trabalham. Na Baixada Santista, o dirigente de ensino permitiu o início de um processo de decisão sobre essa questão em escolas da região, porém, a pronta ação da APEOESP, por meio de sua Presidenta e da subsele, fez com que ele recuasse, considerando o pronunciamento dos conselhos apenas como "consulta". É necessário dizer que o programa de implantação de "escolas cívico-militares" do governo Bolsonaro é ilegal, pois não há lei, mas um simples decreto.

## **Municipalização não é solução**

Os professores também estão em luta contra o plano do governo Doria de municipalizar 627 mil matrículas do ciclo I do ensino fundamental. A municipalização, na verdade, transfere aos municípios um encargo a mais, quando a maior parte deles sequer consegue cumprir sua obrigação constitucional de prover a educação infantil (creches e pré-escolas). A municipalização não resolve os problemas da escola pública e traz inúmeros prejuízos e instabilidade aos professores municipalizados.

A luta contra os cortes de verbas e todos os ataques à educação pública unem a educação básica e superior no estado de São Paulo.

## **Pelo FUNDEB permanente**

A manutenção do FUNDEB permanente, com aumento de recursos, também é fundamental. O FUNDEB é o principal instrumento de financiamento da educação pública no Brasil e sua vigência acaba em 2020. O Governo Federal ameaça também acabar com a vinculação de recursos para a educação e saúde. Também somos firmemente contra a reforma tributária que tramita no Congresso Nacional.

**No dia 4/10, das 10 às 17 horas na Assembleia Legislativa, acontecerá o lançamento do Fórum pelo FUNDEB Permanente e Vinculação de Recursos para a Educação. As subsedes devem enviar representantes. Importante um grande número de professores presentes!**

## **Busca ativa já!**

As subsedes realizarão nas regiões a busca ativa de estudantes fora da escola e para EJA, exigindo a abertura e desmembramento de classes, especialmente no noturno. O Ministério Público determinou ao governo que a faça, mas isto não ocorre de fato.

## **Em defesa do IAMSPE...**

Também continuamos na luta para que o Estado coloque sua contribuição de 2% para o IAMSPE, assim como a participação dos servidores na gestão do Instituto e maior descentralização do atendimento, por meio do credenciamento das Santas Casas.

## **...e do pagamento dos precatórios**

Outra luta importante é contra a aprovação do PL 899/19, de Doria, para limitar o pagamento de precatórios a R\$ 10 mil. Esse projeto prejudica nossa categoria e os demais servidores públicos. Sua votação está prevista para 8/10 na Alesp e devemos comparecer em peso.

## **Em defesa da aposentadoria**

A luta contra a reforma da Previdência prossegue. O projeto está no Senado e pode ser votado na próxima semana. Se ocorrer a aprovação, o próximo passo da luta poderá ser contra o governo Doria, que já anunciou que poderá alterar a alíquota de contribuição para a SPPREV de 11% para 14%. Temos que estar atentos e preparados para lutar contra essa nova ofensiva.

## **A greve em perspectiva**

Continua em pauta o debate sobre a greve, tendo em vista que a intransigência do governo indica que essa seria a única possibilidade de fazê-lo recuar. Devemos continuar dialogando com os professores nas escolas sobre essa necessidade.

Não haverá outro meio de barrar tantos ataques e tanto menosprezo do governo Doria em relação à educação pública no estado de São Paulo.

### **Veja o calendário de lutas. Participem!**

- 30/09** - Reunião da Coordenação Paulista de Movimentos em Defesa da Educação.
- 01/10** - Prazo para o Secretário da Educação agendar reunião com a APEOESP. Após essa data, a diretoria do Sindicato organizará novas iniciativas de pressão.
- 02/10** - Intensificar visitas às escolas e debater com a comunidade: FUNDEB Permanente, militarização, municipalização, PEI, privatização, Novotec e demais temas fundamentais da conjuntura. Realizar atos regionais.
- 03/10** - Participação no ato unificado às 16 horas no MASP, com caminhada até a Praça da República. Fundamental a participação de todos!
- 04/10** - Lançamento do Fórum pelo FUNDEB Permanente e Vinculação de Recursos para a Educação. Todas as subsedes devem enviar representantes. ALESP, das 10 às 17 horas.
- 14/10** - Sessão alusiva ao Dia do Professor de denúncia e luta contra os ataques à educação e aos professores. Assembleia Legislativa.
- 25/10** - Assembleia dos professores seguida de ato unificado em defesa da educação.
- 27/10** - Apoio e participação na manifestação em Curitiba convocada pelo Comitê Nacional Lula Livre.

### **Pelo controle social e gestão democrática das escolas públicas**

É direito dos pais e de toda a sociedade o controle social das escolas públicas. A participação dos pais na vida escolar de seus filhos contribui com sua aprendizagem e para a melhoria da educação pública.

O controle social e a participação da comunidade nas unidades escolares devem se dar por meio dos Conselhos de Escola, dos Grêmios Livres, das Associações de Pais e Mestres, agora autorizados pela Lei nº 17.149 / 2019, aprovada na Assembleia Legislativa. Pela Lei, estas representações devem receber recursos financeiros do poder público para exercerem seu papel no contexto da escola pública.

É dessa forma, por meio da gestão democrática, que poderemos todos, professores, gestores, estudantes, pais e toda a comunidade contribuir efetivamente com a educação pública paulista, exercendo a nossa cidadania. Lembremos que o Plano Estadual de Educação dedica a sua Meta 19 e suas 20 estratégias à gestão democrática, que ainda necessita ser regulamentada por meio de legislação própria. Essa é uma causa que deve ser assumida por todas e todos.

Quaisquer mecanismos e aplicativos devem ser utilizados para promover a gestão democrática e não perseguição e delação de professores e professoras. Devem estar voltados para assegurar qualidade, participação e controle social nas escolas públicas.

## **Ato em solidariedade ao Sínodo da Amazônia**

Na próxima segunda-feira, 30, às 17h30, a Frente Inter-religiosa Dom Paulo Evaristo Arns realiza na Catedral da Sé, em São Paulo, Ato de Solidariedade ao Sínodo para a Amazônia. Além da presença de Dom Cláudio Hummes, relator do Sínodo, o ato contará com a participação de Dom Odilo Scherer, arcebispo Cardeal da Arquidiocese de São Paulo; pastor evangélico Ariovaldo Ramos; sacerdotisa do candomblé Adriana de Nanã; rabino Alexandre Leone, sheikh muçulmano Mohamed Al Bukai; monge budista Ryozan e o professor kardecista Afonso Moreira Jr..

O Sínodo para a Amazônia acontecerá entre os dias 6 e 27 de outubro em Roma, na Itália, e se norteará por dois eixos principais, a saber:

1) revisitar atuação da Igreja nos territórios da Pan-Amazônia, para assegurar que a religião tenha sempre a postura do diálogo, do amor ao próximo principalmente aos vulneráveis, sem posturas colonizadoras e impositivas, que pactuam com a ganância e a destruição; 2) convidar todos os seres humanos e instituições à proteção da floresta e os seus povos, construindo relações harmoniosas, assumindo a corresponsabilidade para deter o desmatamento e a exploração criminosa dos recursos da natureza, garantindo os direitos de nossos irmãos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, populações periféricas, e os das futuras gerações, para nos livrar do risco da extinção da vida humana.